

ESTADO DO PIAUI
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

05
Diretoria Legislativa
Setor de Protocolo
Rita de Cássia Colêto Mendes
Diretora Legislativa

GABINETE DO DEPUTADO MARDEN MENEZES

PROJETO DE LEI Nº 020

TERESINA, 27 DE MARÇO DE 2007

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 27/03/2007

Veda o assédio moral no âmbito
da administração pública estadual
direta, indireta e fundações públicas

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica vedado o assédio moral no âmbito da administração pública estadual direta, indireta e fundações públicas.

Artigo 2º - Considera-se assédio moral, para os fins desta Lei, toda ação, palavra ou gesto praticado de forma repetitiva por agente, delegado, chefe, superior hierárquico ou qualquer pessoa, que abusando de suas funções, exponha funcionário, servidor ou empregado à situação humilhante, ferindo sua auto-estima e autodeterminação, causando danos ao ambiente de trabalho, aos serviços prestados ao público e ao próprio usuário, bem como à evolução, à carreira e à estabilidade funcional do servidor, sobretudo:

I - ordenando o cumprimento de atribuições alheias ou atividades incompatíveis com o cargo que ocupa, ou em condições e prazos inexecutáveis;

II - determinando para o exercício de funções triviais o ocupante de função técnica especializada, ou daquelas para as quais sejam precisos treinamento e conhecimento específico;

Orgão	AL
Número	733/07
Data	28/03/07
Assunto	Projeto de Lei
Assinatura	Analanda

ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Q
de Protocolo
Rita Dantas Caldeira Corvello
Diretora Legislativa

GABINETE DO DEPUTADO MARDEN MENEZES

PROJETO DE LEI Nº 020

TERESINA, 27 DE MARÇO DE 2007

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 27/maio/2007

Veda o assédio moral no âmbito
da administração pública estadual
direta, indireta e fundações públicas

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica vedado o assédio moral no âmbito da administração pública estadual direta, indireta e fundações públicas.

Artigo 2º - Considera-se assédio moral, para os fins desta Lei, toda ação, palavra ou gesto praticado de forma repetitiva por agente, delegado, chefe, superior hierárquico ou qualquer pessoa, que abusando de suas funções, exponha funcionário, servidor ou empregado à situação humilhante, ferindo sua auto-estima e autodeterminação, causando danos ao ambiente de trabalho, aos serviços prestados ao público e ao próprio usuário, bem como à evolução, à carreira e à estabilidade funcional do servidor, sobretudo:

I - ordenando o cumprimento de atribuições alheias ou atividades incompatíveis com o cargo que ocupa, ou em condições e prazos inexecutáveis;

II - determinando para o exercício de funções triviais o ocupante de função técnica especializada, ou daquelas para as quais sejam precisos treinamento e conhecimento específico;

Órgão	AL
Número	733/07
Data	28/03/07
Assunto	Projeto de lei
Matrícula	
Assinatura	Ana Carolina

ESTADO DO PIAUI
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Q
de Protocolo
Rita Dantas Colatto Corvello
Diretora Legislativa

GABINETE DO DEPUTADO MARDEN MENEZES

PROJETO DE LEI Nº 080

TERESINA, 27 DE MARÇO DE 2007

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 27/maio/2007

Veda o assédio moral no âmbito
da administração pública estadual
direta, indireta e fundações públicas

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica vedado o assédio moral no âmbito da administração pública estadual direta, indireta e fundações públicas.

Artigo 2º - Considera-se assédio moral, para os fins desta Lei, toda ação, palavra ou gesto praticado de forma repetitiva por agente, delegado, chefe, superior hierárquico ou qualquer pessoa, que abusando de suas funções, exponha funcionário, servidor ou empregado à situação humilhante, ferindo sua auto-estima e autodeterminação, causando danos ao ambiente de trabalho, aos serviços prestados ao público e ao próprio usuário, bem como à evolução, à carreira e à estabilidade funcional do servidor, sobretudo:

I - ordenando o cumprimento de atribuições alheias ou atividades incompatíveis com o cargo que ocupa, ou em condições e prazos inexecutáveis;

II - determinando para o exercício de funções triviais o ocupante de função técnica especializada, ou daquelas para as quais sejam precisos treinamento e conhecimento específico;

Orgão	AL
Número	AL 733/07
Data	28/03/07
Assunto	Projeto de Lei
Assinatura	Analando

III - apropriando-se do crédito de idéias, propostas, projetos ou de qualquer trabalho de outrem;

Parágrafo único - Considera-se também assédio moral as ações, gestos e palavras que impliquem:

I - no desprezo, ignorância ou humilhação ao servidor, o retirando do contato com seus superiores hierárquicos e com outros servidores, permitindo o recebimento de informações, atribuições, tarefas ou outras atividades somente através de terceiros;

II - na negligência de informações necessárias ao desempenho de suas funções;

III - na propagação de rumores e comentários maliciosos, além de críticas reiteradas ou na subestimação de esforços, que atinjam a dignidade do servidor;

IV - em submeter o servidor a efeitos físicos ou mentais adversos, prejudicando o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Artigo 3º - Todo ato resultante de assédio moral é nulo de pleno direito.

Artigo 4º - O assédio moral praticado pelo agente, servidor, empregado ou qualquer pessoa que exerça função de autoridade nos termos desta Lei, é infração grave e sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão.

§ 1º - Na aplicação das penalidades serão considerados os danos gerados para o servidor e para o serviço prestado ao usuário pelos órgãos da administração direta, indireta e fundacional, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

§ 2º - A advertência será aplicada por escrito nos casos que não justifique imposição de penalidade mais grave. A penalidade de advertência poderá ser convertida em frequência a programa de aprimoramento e comportamento funcional, ficando o servidor obrigado a dele participar regularmente, permanecendo em serviço.

III - apropriando-se do crédito de idéias, propostas, projetos ou de qualquer trabalho de outrem;

Parágrafo único - Considera-se também assédio moral as ações, gestos e palavras que impliquem:

I - no desprezo, ignorância ou humilhação ao servidor, o retirando do contato com seus superiores hierárquicos e com outros servidores, permitindo o recebimento de informações, atribuições, tarefas ou outras atividades somente através de terceiros;

II - na negligência de informações necessárias ao desempenho de suas funções;

III - na propagação de rumores e comentários maliciosos, além de críticas reiteradas ou na subestimação de esforços, que atinjam a dignidade do servidor;

IV - em submeter o servidor a efeitos físicos ou mentais adversos, prejudicando o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Artigo 3º - Todo ato resultante de assédio moral é nulo de pleno direito.

Artigo 4º - O assédio moral praticado pelo agente, servidor, empregado ou qualquer pessoa que exerça função de autoridade nos termos desta Lei, é infração grave e sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão.

§ 1º - Na aplicação das penalidades serão considerados os danos gerados para o servidor e para o serviço prestado ao usuário pelos órgãos da administração direta, indireta e fundacional, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

§ 2º - A advertência será aplicada por escrito nos casos que não justifique imposição de penalidade mais grave. A penalidade de advertência poderá ser convertida em frequência a programa de aprimoramento e comportamento funcional, ficando o servidor obrigado a dele participar regularmente, permanecendo em serviço.

§ 3º - A suspensão será aplicada em caso de reincidência de faltas punidas com advertência. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, em montante ou percentual calculado por dia à base dos vencimentos ou remuneração, nos termos das normas específicas de cada órgão da administração direta, indireta e fundacional, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

§ 4º - A demissão será aplicada em caso de reincidência de falta punida com suspensão.

Artigo 5º - Por provocação da parte ofendida, ou de ofício pela autoridade que tiver conhecimento da prática de assédio moral, será promovida sua imediata apuração, mediante sindicância ou processo administrativo.

Parágrafo único - Nenhum servidor poderá sofrer qualquer espécie de constrangimento ou ser sancionado por ter testemunhado atitudes definidas neste artigo ou por tê-las relatado.

Artigo 6º - Fica assegurado ao servidor acusado da prática de assédio moral direito de ampla defesa das acusações que lhe forem imputadas, nos termos das normas específicas de cada órgão da administração ou fundação, sob pena de nulidade.

Artigo 7º - Os órgãos da administração pública estadual direta, indireta e fundações públicas, na pessoa de seus representantes legais, ficam obrigados a tomar as medidas necessárias para prevenir o assédio moral, conforme definido na presente Lei.

§ 1º - Para os fins de que trata este artigo serão adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - o planejamento e a organização do trabalho:

- a) levará em consideração a autodeterminação de cada servidor e possibilitará o exercício de sua responsabilidade funcional e profissional;
- b) dará a ele possibilidade de variação de atribuições, atividades ou tarefas funcionais;
- c) assegurará ao servidor oportunidade de contatos com os superiores hierárquicos e outros servidores, ligando tarefas

§ 3º - A suspensão será aplicada em caso de reincidência de faltas punidas com advertência. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, em montante ou percentual calculado por dia à base dos vencimentos ou remuneração, nos termos das normas específicas de cada órgão da administração direta, indireta e fundacional, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

§ 4º - A demissão será aplicada em caso de reincidência de falta punida com suspensão.

Artigo 5º - Por provocação da parte ofendida, ou de ofício pela autoridade que tiver conhecimento da prática de assédio moral, será promovida sua imediata apuração, mediante sindicância ou processo administrativo.

Parágrafo único - Nenhum servidor poderá sofrer qualquer espécie de constrangimento ou ser sancionado por ter testemunhado atitudes definidas neste artigo ou por tê-las relatado.

Artigo 6º - Fica assegurado ao servidor acusado da prática de assédio moral direito de ampla defesa das acusações que lhe forem imputadas, nos termos das normas específicas de cada órgão da administração ou fundação, sob pena de nulidade.

Artigo 7º - Os órgãos da administração pública estadual direta, indireta e fundações públicas, na pessoa de seus representantes legais, ficam obrigados a tomar as medidas necessárias para prevenir o assédio moral, conforme definido na presente Lei.

§ 1º - Para os fins de que trata este artigo serão adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - o planejamento e a organização do trabalho:

- a) levará em consideração a autodeterminação de cada servidor e possibilitará o exercício de sua responsabilidade funcional e profissional;
- b) dará a ele possibilidade de variação de atribuições, atividades ou tarefas funcionais;
- c) assegurará ao servidor oportunidade de contatos com os superiores hierárquicos e outros servidores, ligando tarefas

05

individuais de trabalho e oferecendo a ele informações sobre exigências do serviço e resultados;
d) garantirá a dignidade do servidor.

II - o trabalho pouco diversificado e repetitivo será evitado, protegendo o servidor no caso de variação de ritmo de trabalho;

III - as condições de trabalho garantirão ao servidor oportunidades de desenvolvimento funcional e profissional no serviço.


Artigo 8º - A receita proveniente das multas impostas e arrecadadas nos termos do artigo 4.º desta Lei, será revertida e aplicada exclusivamente no programa de aprimoramento e aperfeiçoamento funcional do servidor.

Artigo 9º - Esta lei deverá ser regulamentada pelo Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias.

Artigo 10º - As despesas decorrentes da execução orçamentária da presente lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

Artigo 11º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, 27 de março de 2007.


MARDEN MENEZES
Dep.estadual - PSDB

05

individuais de trabalho e oferecendo a ele informações sobre exigências do serviço e resultados;
d) garantirá a dignidade do servidor.

II - o trabalho pouco diversificado e repetitivo será evitado, protegendo o servidor no caso de variação de ritmo de trabalho;

III - as condições de trabalho garantirão ao servidor oportunidades de desenvolvimento funcional e profissional no serviço.

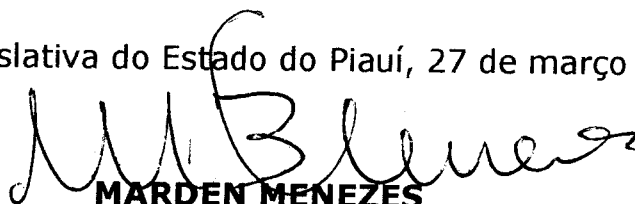
Artigo 8º - A receita proveniente das multas impostas e arrecadadas nos termos do artigo 4.º desta Lei, será revertida e aplicada exclusivamente no programa de aprimoramento e aperfeiçoamento funcional do servidor.

Artigo 9º - Esta lei deverá ser regulamentada pelo Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias.

Artigo 10º - As despesas decorrentes da execução orçamentária da presente lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

Artigo 11º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, 27 de março de 2007.


MARDEN MENEZES
Dep.estadual - PSDB

ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Q
de Protocolo
Rita Dantas Caldeira Corvello
Diretora Legislativa

GABINETE DO DEPUTADO MARDEN MENEZES

PROJETO DE LEI Nº 020

TERESINA, 27 DE MARÇO DE 2007

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 27/maio/2007

Veda o assédio moral no âmbito
da administração pública estadual
direta, indireta e fundações públicas

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica vedado o assédio moral no âmbito da administração pública estadual direta, indireta e fundações públicas.

Artigo 2º - Considera-se assédio moral, para os fins desta Lei, toda ação, palavra ou gesto praticado de forma repetitiva por agente, delegado, chefe, superior hierárquico ou qualquer pessoa, que abusando de suas funções, exponha funcionário, servidor ou empregado à situação humilhante, ferindo sua auto-estima e autodeterminação, causando danos ao ambiente de trabalho, aos serviços prestados ao público e ao próprio usuário, bem como à evolução, à carreira e à estabilidade funcional do servidor, sobretudo:

I - ordenando o cumprimento de atribuições alheias ou atividades incompatíveis com o cargo que ocupa, ou em condições e prazos inexecutáveis;

II - determinando para o exercício de funções triviais o ocupante de função técnica especializada, ou daquelas para as quais sejam precisos treinamento e conhecimento específico;

Órgão	AL
Número	733/07
Data	28/03/07
Assunto	Projeto de lei
Matrícula	
Assinatura	Ana Carolina